

Governo age para garantir liberdade econômica na Carta

UDR inicia luta contra a correção das dívidas

O Governo se movimenta para, através da supressão e compatibilização de artigos no segundo turno de votação, dar ao texto constitucional um perfil que assegure maior liberdade econômica ao País. A revelação foi feita ontem pelo Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, após ter proferido palestra aos estagiários da Escola Superior de Guerra, no Rio. Costa Couto interpretou as declarações do Presidente Sarney, em Nova York — segundo as quais o texto resultante da primeira votação é retrógrado — como uma advertência para que os constituintes aproveitem o segundo turno para dar consistência e coerência à nova Carta.

— O Presidente está convencido de que estamos num mundo novo. Não podemos entrar na contramão da história. Ele gostaria que fosse consagrada uma filosofia que garantisse maior liberdade econômica ao País. Esta filosofia está presente na política industrial que o Presidente definiu para o País. O segundo turno da votação é uma oportunidade preciosa para se dar ao País uma Constituição que reflita a realidade brasileira — afirmou o Ministro.

Costa Couto disse que a situação econômica do País tende a melhorar porque três dos principais problemas brasileiros foram superados: a indefinição do perfil do texto constitucional, a duração do mandato presidencial e os termos de renegociação da dívida externa.



Costa Couto: Planalto espera Carta melhor no segundo turno de votações

ção da dívida externa.

— Como poderíamos definir uma política de investimentos diante desses fatores? — indagou.

O Ministro dissera aos estagiários, e repetiu momentos depois aos repórteres, que a inflação está sob controle e já apresenta sinais aparentes de queda.

A crença na redução dos índices inflacionários, observou Costa Couto, é legítima e decorre dos esforços do Governo para conter o déficit público, desenvolver uma política de desestatização e privatização.

— Entramos em 1988 com uma perspectiva de déficit de oito por cento do PIB, ou seja, 24 bilhões de dólares. Hoje, entretanto, temos a certeza de que este percentual não

superará os quatro por cento.

Costa Couto garantiu que o Governo não deseja o adiamento das eleições municipais deste ano e lembrou que esta é uma decisão de competência exclusiva da Constituinte.

Mineiro, o Ministro se declarou contra a criação do Estado do Triângulo. Disse que ela não interessa a Minas, ao País e ao próprio Triângulo. Acrescentou que o movimento separatista na região é coisa antiga, lembrando um episódio dos anos 30, quando o Presidente Getúlio Vargas interpelou o Governador de Minas sobre o assunto e recebeu esta resposta: "Deixa que eles separem que a gente adere".

— Esta é a minha posição — completou o Ministro, com bom humor.

PORTO ALEGRE — O Presidente Nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, lançou ontem em Santa Maria — a 324 quilômetros da Capital — a campanha pelo fim da cobrança de correção monetária nos empréstimos agrícolas. Ele prometeu repetir — junto ao Congresso — a mesma mobilização e pressão realizadas pela entidade nas votações da Constituinte para excluir da reforma agrária as propriedades consideradas produtivas.

Ronaldo Caiado informou a uma platéia formada por mais de 100 produtores rurais da região que existe uma lei — não revogada — da década de 60 que estabelece que os empréstimos agrícolas não podem sofrer a atualização monetária.

Apesar disso, ele disse que UDR pretende mobilizar os produtores rurais de todo o País para conseguir do Congresso Nacional uma definição clara sobre o assunto. O objetivo da entidade é estabelecer uma legislação atual, que leve em consideração a realidade vivida pelo setor.

O Presidente da UDR disse ainda que a entidade não vai apoiar partidos ou candidatos nas eleições municipais de novembro. Ele adiantou, no entanto, que se esforçará para que seus integrantes apoiem os candidatos que se comprometerem pública e abertamente a defenderem as testes dos ruralistas.

Newton promove ato público pela unidade de Minas

BELO HORIZONTE — O Governador Newton Cardoso promoveu, ontem, nos jardins do Palácio da Liberdade, um ato público em favor da unidade territorial de Minas Gerais, com grande comparecimento de Deputados e Prefeitos do PMDB, empresários e intelectuais.

O escritor Oswaldo França Júnior anunciou para a próxima semana a divulgação de um manifesto pela unidade do Estado, com a assinatura de 340 intelectuais, muitos deles nascidos no Triângulo, como Autran Dourado e Luís Vilela (já Mário Palmério, de Uberaba, autor de "Vila dos Confins", é um simpaticante da tese divisionista).

— Dos 77 Deputados estaduais, 72 são pela unidade. Dos 54 federais, 49 querem a união de Minas — acentuou.

Falando em nome do Movimento Cívico pela Unidade de Minas, o Presidente da Associação

Comercial, Lúcio Assunção, sustentou que "dividir o Estado é ferir a dignidade do País".

Depois que a cantora lírica Maria Lúcia Godoy cantou o Hino Nacional, o Governador Newton Cardoso fez um discurso veemente em defesa da indivisibilidade de Minas: "A divisão é impatriótica e desonesta. Esta proposta, encampada por outros Estados, quer enfraquecer Minas", advertiu Newton.

O Presidente da Associação Mineira dos Municípios, Marcelo Cecé Vasconcelos, disse que a separação só beneficiará uma minoria, enquanto reduzir o poder político e econômico do Estado.

Durante o ato, o Governador distribuiu um manifesto da viúva do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, Dona Sarah, concludo os Constituintes a rejeitarem a proposta de divisão territorial de Minas.

Dona Beja, o pivô da polêmica sobre divisão

Conta a história que no início do século passado a famosa Dona Beja (Ana Jacintha de São José) foi protagonista, por sua rara beleza, de um episódio que abriu uma polêmica sobre a região então chamada de Sertão da Farinha Podre, hoje Triângulo Mineiro — que além de Araxá reúne Municípios como Uberaba, Uberlândia, Ituiutaba e Araguari.

Raptada pelo Ouvidor (na Colônia, Juiz designado pelo senhor de uma Capitania Hereditária) Joaquim Inácio Silveira da Mota, Beja foi levada de São Domingos do Araxá, que pertencia à Capitania de Goiás, para a Comarca de Paracatu, em Minas. Para fugir à Justiça goiana, o Ouvidor, homem de

prestígio na região, conseguiu de D. João VI a anexação a Minas de São Domingos do Araxá.

Quinto Estado brasileiro em extensão territorial, Minas passaria para o sexto lugar com a criação do Estado do Triângulo, perdendo 74 Municípios, enquanto a população cairia de 15,2 milhões para 13,4 milhões de habitantes.

Com uma população de 8,6 por cento em relação à do Estado, o Triângulo responde por 11,6 por cento na formação do PIB (Produto Interno Bruto) mineiro. Se a secessão se consumasse, a participação de Minas na formação do PIB nacional baixaria de 9,4 por cento para 8,3 por cento.